

MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS SOBRE A CIDADE

CLÁUDIA PRADO FORTUNA
Universidade Estadual de Londrina

Este texto tem como finalidade apresentar algumas reflexões que integram a pesquisa “Escrituras da Cidade, Memória e Ensino de História”, pesquisa essa que tem procurado problematizar as relações entre modernidade, cidade, memória e história no diálogo com diferentes gêneros textuais que, ao destacarem a dimensão memorialística da cidade de Londrina/PR e suas transformações, possam revelar outros sentidos para as representações do presente e do passado na cidade. Para tanto, tem buscado nas fontes literárias e nos relatos de diferentes sujeitos, o tempo da memória e o caráter histórico de outras narrativas.

Neste ponto, é importante afirmar, trazendo Portelli (1997), que o fato de lidarmos com subjetividades, memórias e narrativas e não apenas com fatos concretos, não significa decompor a materialidade do mundo externo nas possibilidades do discurso irrelevante, do tanto faz, onde tudo é considerando apenas como representação. Ao contrário, significa encontrar sentido na subjetividade, na memória e no discurso tendo, como pressuposto, o reconhecimento do pluralismo e das múltiplas abordagens à verdade.

Na busca de sentidos para as memórias do passado da cidade, também estamos discutindo outros pressupostos teórico-metodológicos que possam embasar as preocupações com um ensino de história que valorize novas subjetividades, recupere o concreto e o contexto e apresente diversidade e riqueza discursiva.

Sabemos que o ensino de história se constitui como um campo de produção de conhecimento tanto na área de Educação, como na área de História e está voltado para questões postas pela historiografia, pelo campo educacional e pelas demais ciências sociais. Hoje seus diversos aportes teórico-metodológicos e suas novas temáticas avançaram na direção de novos conceitos tais como: cultura escolar, saber escolar, saber docente e, desde a década de 1990, intensificou-se a discussão sobre os processos de

formação de uma consciência histórica (cognição histórica). Também, com a aproximação da História com a Antropologia e com a Linguística, muitas pesquisas se voltaram para as questões do simbólico, das representações, do discurso, trazendo abordagens mais plurais na construção do conhecimento histórico e nas discussões sobre o lugar da memória na reconstituição do passado.

Nesta trajetória de debates e reflexões sobre o estatuto da história e da memória, é importante destacar que muitos dos primeiros projetos voltados para a área da história e do seu ensino se aproximaram dos trabalhos historiográficos que tiveram como base a sociologia de M. Halbwachs. De acordo com sua teoria, a nossa memória pessoal se apoiaria em outra memória, que é social ou histórica e, enquanto a memória social representa o passado sob uma forma resumida e esquemática, a memória pessoal apresenta um quadro contínuo e mais denso. Ele afirma que,

não é na história apreendida e sim na história vivida que se apóia a nossa memória (...) e é nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem do seu passado (1990, p.71).

Portanto, de acordo com Halbwachs, não são os quadros da memória histórica (sequência de acontecimentos) que representam o essencial da memória coletiva, mas sim os grupos (família, escola, trabalho etc) em que cada homem, ao mesmo tempo ou sucessivamente, está mergulhado. Neste sentido, a memória coletiva seria exterior, retendo do passado somente aquilo que ainda está vivo na consciência do grupo que a mantém, permitindo, portanto, a criação de um elo útil ou afetivo entre o presente e o passado. Os quadros sociais de memória não se resumiriam assim a datas, nomes ou fatos, mas representariam correntes das experiências ainda presentes no grupo e o lugar onde reencontramos o nosso passado.

Desta forma, para Halbwachs, o desenvolvimento da memória coletiva seria contínuo, sem limites de separação, nitidamente traçados, como na história. O presente não se oporia ao passado e a memória de uma sociedade se estenderia até onde atinge a memória dos grupos das quais ela é composta.

Sem desconsiderar a importância e amplitude dessas reflexões para o avanço das discussões sobre a memória, sabemos hoje que Halbwachs acabou por privilegiar uma memória voltada para a continuidade e para a estabilidade social sem considerar que os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores das manipulações e do controle da memória coletiva pelo poder. Nos seus estudos, como destaca Pollak (1989), não foram consideradas, por exemplo, as memórias subterrâneas que fazem parte de culturas minoritárias e também não houve uma reflexão sobre o caráter destruidor e opressor das memórias coletivas que são organizadas em torno de acontecimentos, grandes personagens, monumentos ou museus, constituindo o que chamamos de uma memória nacional e oficial

Na busca de outras abordagens para o conceito de memória, Le Goff (1994) retoma as possibilidades abertas por outras áreas do conhecimento. De acordo com o autor, os psicanalistas e os psicólogos apontaram as possibilidades de manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a censura etc exercem sobre a memória individual. Segundo Le Goff, na entrada para o século XX, ampliou-se também a discussão sobre a memória no campo da filosofia e da literatura. Em 1896, Bergson publica *Matéria e Memória* e descobre, sob uma memória superficial e anônima, uma memória profunda e pessoal, revelando os laços da memória com o espírito. De 1913 a 1927, Marcel Proust escreve *Em Busca do Tempo Perdido*, fazendo nascer uma nova memória romanesca reveladora das sensibilidades burguesas da sua época. Em 1924, o *Manifesto do Surrealismo* se interroga sobre a memória na sua relação com o sonho. Ainda, de acordo com Le Goff, Freud também na sua *Interpretação dos Sonhos*, liga o sonho à memória latente, mas não à memória consciente e contribui, com seus estudos, para aprofundar o domínio da memória no nível da memória individual.

Neste cenário, conforme destaca Seixas (2000), é na obra de Proust que outra memória é valorizada - a *memória involuntária*. Entendida como espontânea, carregada de afetividade e que, por ser descontínua, se mostra capaz de recuperar outra dimensão da vida dos homens que a memória intelectual e voluntária não consegue atingir. É nesta perspectiva que Seixas aponta o quanto são instigantes para os historiadores as observações de Proust sobre a *memória involuntária*, já que o diálogo da história tem

sido predominantemente com a memória voluntária. Para a autora, quando se trabalha com as noções de duração linear e de progresso, a dimensão afetiva e descontínua da memória involuntária nunca é considerada. Por isso, ela afirma que existe uma grande diferença entre “a memória reconstruída, resgatada voluntariamente pela razão historiográfica e aquela reconstruída involuntariamente” (p.10).

O presente trabalho acredita na importância de investigar algumas relações entre memória e esquecimento, memória voluntária e memória involuntária na construção da história da cidade tendo, como interlocutores privilegiados, as narrativas organizadas ou espontâneas, os escritos locais, como também romances, contos e crônicas que tenham como tema o viver urbano. Assim poderemos atribuir sentidos aos fatos, acontecimentos e lugares que permanecem enquanto ruínas, acessar os elementos esquecidos de outras memórias e pensar o ensino da história dentro de critérios teóricos mais amplos.

De acordo com Raminelli (1997), para pensar a modernidade nas cidades e para narrar as transformações que foram ocorrendo em Paris, na segunda metade do século XIX, Walter Benjamin, por exemplo, trabalhou com uma metodologia voltada aos detalhes da vida urbana no seu cotidiano, buscando aproximar o passado e o presente da sociedade capitalista. Nesta metodologia, recorreu à literatura de Charles Baudelaire para nela encontrar a cidade agitada, mercantilizada, ávida por informações, sem aura, construtora de novas sensibilidades. Raminelli esclarece que, ao dialogar com a literatura, Benjamin produziu um estudo no qual a “história se desvela a partir do mundo das letras, dos personagens e da vida dos escritores” (p.195).

Assim, consideramos possível que, pelo diálogo com romances, crônicas e relatos, possamos nos aproximar de memórias fundadas na circulação coletiva de tradições reveladoras de sensibilidades dissonantes referentes à história oficial das cidades. Como exemplo, podemos citar Pesavento (2006) para quem os textos de cunho memorialístico e as crônicas permitem o acesso a uma série de sensibilidades frente ao “fenômeno da vida em cidades”. Para ela, a ficção literária pode ser apontada como o campo por excelência da metáfora, ou seja, espaço no qual, ao se falar de uma coisa, aponta-se para outra. Nesta especificidade, de acordo com a autora,

Talvez esteja a forma mais desafiadora de expressão das sensibilidades diante do real, porque encerra aquelas coisas “não-tangíveis” que passam pela ironia, pelo humor, pelo desdém, pelo desejo e sonhos, pela utopias, pelos medos e angústias, pelas normas e regras, por um lado, e pelas suas infrações, por outro. Neste sentido, o texto literário atinge a dimensão da “verdade do simbólico”, que se expressa de forma cifrada e metafórica, como uma forma outra de dizer a mesma coisa (p.7).

Londrina: o que se escreve sobre o passado da cidade?

Quando nos atemos à história da modernidade nas cidades em suas várias dimensões, verificamos que, mesmo em cidades novas como Londrina, no norte do Paraná, há uma descaracterização do espaço urbano e o esfacelamento de experiências nas quais os anseios de modernidade e de progresso se materializam em discursos oficiais, uniformes e legitimadores de uma memória coletiva comum. Estes textos oficiais que aparecem como representações hegemônicas inclusive no ensino da história da cidade, tiveram início em 1930, com as imagens e discursos construídos pelo empreendimento imobiliário inglês da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

A colonização da região norte do Paraná foi realizada por uma empresa de capital privado inglês que obteve grande sucesso comercial. Ao fazer propaganda para seus negócios, a companhia divulgou imagens fortes que ficaram marcadas no imaginário da época, permanecendo até hoje na memória da maioria dos moradores da cidade.

A história da colonização das terras do norte do Paraná foi sendo associada às imagens de terras férteis, abundantes, destinadas ao progresso pelo trabalho de bravos pioneiros. Na busca por uma identidade moderna, toda a aspiração na direção do progresso foi se materializando na construção de uma urbanização representada, desde o final da década de 1940, pelos projetos do paisagista Burle Max e pela modernização da rede urbana realizada por Prestes Maia.

Como nos mostra Adum (2008), muitos dos textos produzidos sobre o norte do Paraná (e sobre a cidade de Londrina), ao longo das décadas de 1930, 1940, 1950, 1960 e, com menor força, na década de 1970, podem ser caracterizados como de exaltação. Para a autora,

na perspectiva dessas obras, o norte do Paraná é a Terra da Promissão, o Eldorado, a nova Canaã, o paraíso prometido da fertilidade, da produção agrícola abundante, das oportunidades iguais de enriquecimento para todos aqueles que quisessem trabalhar e prosperar (p. 4).

Já na década de 1970, ganha força a representação da Londrina Metrópole. A CTNP, conhecida naquele momento como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, foi responsável por acrescentar às imagens anteriores novas representações, dando destaque para as imagens de progresso, lucro e harmonia entre campo e cidade.

Consideramos, neste processo, que as *narrativas* que foram dando forma e conteúdo à cidade de Londrina confirmaram, desde o início da sua fundação, a ordem dominante e as representações positivas de harmonia e progresso, contribuindo na construção de uma única memória. Somente na década de 1980, o livro do jornalista José Jofilly, “Londres, Londrina”, surge como sendo o primeiro texto a realizar um questionamento destas representações oficiais. O autor fez pesadas críticas ao papel da CTNP como empreendimento imobiliário de sucesso e denunciou um processo de colonização marcado pela dizimação dos indígenas e pela destruição predatória da mata.

No entanto, este discurso contra-hegemônico não se constitui como memória hegemônica. Hoje temos uma rica produção acadêmica que, a partir de novas abordagens e outros temas, tem nos revelado outras histórias da cidade de Londrina. No entanto, muitas das representações sobre o norte do Paraná que ainda repercutem com força na história da cidade são aquelas que foram sendo construídas de forma hegemônica pela CTNP através de textos e imagens, desde a década de 1930.

Arias Neto (2011) também concorda que os escritos sobre Londrina e o norte do Paraná, até meados da década de 1980, glorificavam o passado da cidade. A representação como Eldorado se vinculou à ideologia do progresso, encontrando seus fundamentos em aspectos concretos, tanto físicos como simbólicos durante o processo de construção da cidade e da região. Portanto,

Apesar do esforço de toda crítica feita posteriormente, [esta representação] subsiste na memória oficial, nos veículos de propaganda, veiculada por vários organismos oficiais e empresariais e na memória de alguns habitantes que vivenciaram aquele período.

Também no ensino da História, podemos observar que, mesmo com novas propostas curriculares que possibilitaram uma diversa produção dos alunos sobre a história local (textos, fotos, entrevistas, coleta de documentos familiares etc), os sentidos construídos por muitos livros didáticos e, principalmente, pelos espaços de memória da própria cidade continuam confirmando, na maioria das vezes, as representações dominantes e as memórias oficiais.

Assim, para problematizarmos a modernidade em Londrina e buscar pelo processo de construção de novas sensibilidades, estamos realizando um levantamento, para posterior análise, de romances, contos, crônicas e relatos que, tendo como tema a cidade, possam nos aproximar de memórias fundadas na circulação coletiva de tradições e revelar sensibilidades que foram apagadas das narrativas já instituídas.

Importante ressaltar que, ao dialogar com a literatura e com o relato na busca de outras memórias, representações e sensibilidades, também é possível construir posturas epistemológicas para o ensino de história que diluam fronteiras e relativizem a dualidade entre verdade e ficção, real e não real, ciência e arte, imaginação e realidade.

Portanto, na busca de subsídios para a fundamentação de novas reflexões e abordagens capazes de abrir brechas, como afirma Galzerani (2008) para produções dissonantes em relação às práticas já cristalizadas, pretendemos trazer reflexões sobre os conceitos de cidade, modernidade, educação urbana dos sentidos e memória que possam estabelecer uma nova dialogia e novas possibilidades teórico-metodológicas para o ensino da história.

Referências Bibliográficas

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. Historiografia norte paranaense: alguns apontamentos. In: ALEGRO, Regina Célia *et alii*. Temas e questões para o ensino de história do Paraná. Londrina (PR): Eduel, 2008, p. 1-26.

ARIAS NETO, José Miguel. Territórios da memória: representações do Eldorado norte-paranaense. In: SOCHODOLAK, H.; KLANOVICZ, J.; ARIAS NETO, J. M.(org.). Regiões, imigações, identidades. Ponta Grossa (PR): ANPUH, 2011, p. 53-65.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *Memória, tempo e História*: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história. In: Cadernos CEOM, n.28, Chapecó (SC): Unochapecó, 2008, p. 1-20.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Paris, Debates, 2006, p. 8. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>>. Acesso em: 20 de out de 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Revista Projeto História, São Paulo, PUC, n. 14, 1997, p. 25-39.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percurso de memória em terras de história: problemáticas atuais. Colóquio internacional (2000) – “Memória e (res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível. Núcleo História e Linguagens Políticas: Razão, Sentimentos e Sensibilidades. Campinas, IFCH/Unicamp.